

CCPY - DOC.
DATA
COD.

Comissão pela criação do Parque Yanomami

**OS YANOMAMI:
ENTRE A ESPADA
E A BATÉIA.**

Comissão pela Criação do Parque Yanomami - CCPY
Rua Manoel da Nóbrega 111 3º cj. 32
04001 São Paulo SP Brasil

Apresentação

Através do mundo, e por muitos séculos, os povos indígenas têm estado engajados em uma luta pela sobrevivência, contra a discriminação e opressão exercidas pela sociedade dominante. Em inúmeras instâncias, nações indígenas foram exterminadas pela violência e doença, ou reduzidas à pobreza ou dependência. Ainda assim, em muitas outras instâncias, os povos indígenas resistiram, e continuam a resistir, contra a dominação, apesar da enorme pressão de estarem cercados por sistemas poderosos. Durante as duas décadas passadas um movimento mundial de direitos humanos se formou, consistindo de indígenas e de organizações de apoio indígenas, seguido por grupos de direitos humanos e indivíduos interessados, com diferentes experiências de vida. Em anos recentes este movimento fez grandes avanços no sentido de garantir os direitos dos povos indígenas à sobrevivência.

Tornou-se também fortemente aliado a um movimento ecológico internacional que reconheceu que a preservação do meio ambiente é inseparável das questões dos direitos humanos. Uma das mais claras e mais dramáticas instâncias onde a ligação entre os direitos humanos e questões ecológicas veio à tona foi a da situação do povo Yanomami, de 10.000 membros, no norte do Brasil. Os índios Yanomami são um dos últimos grupos indígenas no planeta que têm tido sucesso em manter e preservar sua cultura tradicional e seu modo distinto de vida essencialmente intactos até recentemente. Eles representam, de certo modo, um patrimônio para a humanidade.

Similarmente, o território dos Yanomami é considerado como uma área ecológica com características únicas, digna de proteção e preservação. Ainda assim, em décadas recentes, com a expansão da tecnologia, dos interesses políticos e econômicos, e da pressão da população envolvente de Roraima e Amazonas, os Yanomami e seu meio ambiente têm sido vítimas de milhares de invasores de diversos tipos e ameaçados por forças poderosas interessadas na exploração de suas riquezas, principalmente minerais, a todo custo.

Com a finalidade de garantir a sobrevivência do povo Yanomami e de seu habitat, nos últimos onze anos a **Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY)** tem desenvolvido uma campanha pela terra e pelos direitos humanos dos Yanomami. A situação Yanomami tem sido descrita como uma das situações mais urgentes e mais

dramáticas de todas as questões de direitos humanos neste momento na América do Sul.

O POVO YANOMAMI NO BRASIL E A PRESERVAÇÃO DE SEU HABITAT

A área é habitada por cerca de 10.000 indígenas da família linguística Yanomami. Ocupam a grande região montanhosa na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Sua população total, nos dois países, está estimada em cerca de 20.000.

O ponto de dispersão original da grande família linguística Yanomami, de acordo com as suas tradições, teria sido a região da Serra Parima, junto à qual se encontra hoje a maior concentração Yanomami do Brasil. A população Yanomami no Brasil vive dispersa em um mínimo de 150 malocas conhecidas nos Estados de Roraima e do Amazonas, a grande maioria das quais está localizada ao norte do traçado da rodovia Perimetral Norte, na região do Maciço das Guianas.

A área é reconhecida historicamente como de ocupação contínua dos índios Yanomami desde tempos remotos. Comprovam-na a própria tradição oral dos índios (Lizot 1977:116) e relatos de diversos exploradores e membros de expedições científicas que percorreram a região, a partir da segunda metade do século 18. A partir dos anos cinquenta, começam a ser instaladas na área as primeiras missões protestantes e católicas (CCPY, 1979).

Em sua maior parte, o território Yanomami está coberto por densa floresta equatorial úmida, embora existam algumas clareiras de vegetação esparsa. O terreno é, em geral, bastante acidentado, principalmente nas áreas próximas ou junto às serras Parima e Pacaraima, que constituem o divisor de águas que separa as bacias do Amazonas e do Orinoco e que também servem de divisa internacional entre o Brasil e a Venezuela. Em consequência desse relevo acidentado, a maior parte dos rios é muito encachoeirada, o que torna o acesso fluvial a muitas localidades, senão impossível, pelo menos extremamente difícil, contornado atualmente pelos invasores, os milhares de garimpeiros que penetraram as terras tradicionalmente ocupadas pelos Yanomami, por via aérea.

Deve-se ressaltar, porém, que dentro desse tipo geral de floresta equatorial são encontradas muitas diferenças de fauna e flora.

Esse habitat dos Yanomami, também conhecido como Maciço das Guianas, representa uma das formações geológicas mais antigas do

continente sul-americano. Em consequência, os solos são, em sua grande maioria, extremamente pobres e inadequados à agricultura intensiva, mas ricos em minérios. Quase metade da extensão do território Yanomami é considerada como totalmente inadequada à agricultura, merecendo atenção especial contra uma utilização indevida que teria como resultado inevitável o esgotamento irreversível de seu eco-sistema (CCPY, 1979).

Entretanto, mesmo em condições de solos tão pobres, os Yanomami têm conseguido, durante séculos a fio, extrair uma subsistência perfeitamente satisfatória, sem por isso por em risco o precário equilíbrio ecológico da região. Para conseguir esse resultado, os Yanomami desenvolveram um mecanismo de cultivo e exploração de suas terras (caça, pesca, coleta) que até recentemente lhes permitiu a conservação do meio ambiente original e de seus recursos naturais.

A cada três ou cinco anos, os Yanomami transferem suas malocas para novos locais da floresta, deixando os antigos em fase de pousio, para o rejuvenescimento do solo, fauna e flora. Deixada desse modo, a antiga floresta terá a oportunidade de se reconstituir dentro de 50 a 100 anos. Isto significa que, em duas ou quatro gerações, é possível reutilizar o mesmo espaço anterior, com todas as vantagens que a floresta oferece. Para isto, é imprescindível que os indígenas mudem suas aldeias periodicamente. Graças a esses padrões de assentamento disperso e móvel, os Yanomami têm conseguido extrair uma subsistência contínua por séculos a fio com grande sucesso adaptativo. Para tanto, desenvolveram mecanismos de trabalho e de relações sociais que contribuem para que seja mantido esse desideratum ecológico que, na Amazônia, representa a população dispersa e sistema agrícola e extrativo de pousio. As velhas roças abandonadas em decorrência das migrações tradicionais são, entretanto, usadas ainda por muitos anos, para colheita de alguns produtos anteriormente cultivados, cujo ciclo de aproveitamento é bastante longo, como a pupunha, certos tubérculos e várias espécies de bananeira. Após o necessário período de recuperação ecológica, a área pode ser novamente ocupada pelos descendentes do mesmo grupo ou por outro grupo residencial. (CCPY, 1979)

As áreas compreendidas entre as diversas aldeias ou entre os conjuntos de aldeias, bem como as áreas de perambulação, estão cobertas por uma densa rede de picadas, pontilhadas de inúmeros acampamentos de caça e de tapiris utilizados durante as viagens. Radiando de cada aldeia essas picadas se espraiam para roças recém abertas, em utilização ou já abandonadas, para outras

aldeias, para fontes de água, de frutos silvestres, locais ricos em certas matérias primas, formando um emaranhado de caminhos mantidos abertos pela utilização constante que deles fazem os moradores dessas aldeias. (FUNAI, 1984)

Cada parcela da floresta é aproveitada, tem nome, é percorrida com íntima familiaridade e impregna a memória do grupo, através de relatos históricos e mitológicos, desde os tempos mais remotos.

Ao buscarem novos sítios para residência e roças, os membros de grupos dissidentes estão, na realidade, aliviando a pressão demográfica sobre a utilização de recursos de uma dada área, que ficaria sobrecarregada se a população da comunidade original crescesse e permanecesse concentrada no mesmo local por tempo indefinido. (Funai, 1984)

ELDORADO GARIMPEIRO EM TERRAS YANOMAMI

Até os fins de 1973, os contatos dos Yanomami com a sociedade envolvente foram esporádicos: expedições científicas, Comissões de Limites, missionários, membros da FAB e indivíduos engajados em atividades extrativistas - castanheiros, gateiros, coletores de balata e seringa. A partir dessa data, programas de desenvolvimento regionais começaram a entrar em confronto com a vida tradicional dos Yanomami. Os principais projetos têm sido: construção de estradas, colonização associada à agropecuária e mineração. Em decorrência da construção do trecho da rodovia Perimetral Norte, que cortou o território Yanomami na sua parte sudeste, verificou-se, entre 1974 e 1978, a dizimação por doenças trazidas pelos trabalhadores, de 22% da população Yanomami do rio Ajarani e de 50% da população de quatro aldeias do alto rio Catrimani, além de inúmeras epidemias de gripe e outras doenças (FUNAI, 1984)

A descoberta de cassiterita na Serra de Surucucus, em 1975, levou, por sua vez, grande número de garimpeiros ao coração do território Yanomami no Brasil, onde habitam cerca de 4.000 índios. Da presença ilegal e desordenada de 500 garimpeiros na região, até 1976, resultaram conflitos entre índios e brancos, tuberculose, doenças venéreas, surtos de gripes e mortes entre os Yanomami daquela região.

Por toda a parte onde há penetração de brancos na área têm surgido problemas sérios de saúde entre os Yanomami, com a

consequente perda de vidas. Isto tem ocorrido há pelo menos duas décadas, em vários pontos de seu território.

Sem dúvida, a maior ameaça que recai sobre os Yanomami é a invasão contínua de garimpeiros em vários pontos de seu território, associada à falta de vontade política do governo em sanar esta situação. No período de 1968 a 1978, diversas entidades e estudiosos ligados à problemática indígena e à questão Yanomami não só alertaram o governo para a necessidade de demarcação das terras Yanomami, sob a forma de um Parque Indígena em área contínua, como também enfatizaram a urgência das providências a serem tomadas para a efetiva preservação da vida e cultura desse povo recém contatado. (FUNAI, 1984)

Entre 1979 e 1985 foram elaboradas quatro propostas para a criação de um Parque Indígena e Ecológico em área contínua, sendo duas pela própria Funai, em colaboração com membros da CCPY, destacando a facilidade em se resolver a demarcação, já que a maior parte do território Yanomami se encontrava livre de ocupação permanente por não índios (brancos), ao contrário de outras regiões do país, onde áreas indígenas estão solidamente tomadas pela sociedade nacional. (Projeto de Lei nº 379/85, Severo Gomes, 1985). Mas os planos do governo eram outros.

O PROJETO CALHA NORTE

Em 1986 a opinião pública brasileira e internacional foi surpreendida pela notícia de que o governo brasileiro implementava um vasto programa militar e de desenvolvimento econômico - o Projeto Calha Norte (PCN) - aprovado sigilosamente em junho de 1985, abrangendo toda a região compreendida pelos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, o que representa cerca de 14% do território brasileiro.

A confidencialidade do Projeto foi "explicada" pelo então Conselho de Segurança Nacional (CSN) devido ao fato de que a prioridade governamental, sendo acordada à Calha Norte, poderia vir a suscitar tanto expectativas domésticas exageradas quanto temores infundados nos países limítrofes. O tratamento sigiloso, pelo menos nos estágios iniciais de análise, era "justificado" pelo fato de que muitos dos temas abordados, tais como a reformulação de políticas indigenistas, retomada da demarcação de fronteira, ou localização de instalações militares, são temas de alta sensibilidade política.

Os pormenores do Projeto Calha Norte mostram que 50.000 índios que vivem na área vão sofrer negativamente os efeitos de medidas a serem tomadas a partir das suas premissas principais, que recomendam ocupar os "vazios demográficos", principalmente a faixa de fronteira de 6.500 km., desde a Colômbia até a Guiana Francesa. Segundo um documento divulgado pelos bispos da Amazônia Ocidental (Folha de S. Paulo, 3.12.86), o Projeto Calha Norte, prevendo a ocupação militar e o desenvolvimento sócio-econômico da fronteira norte do país, acelerará o processo de destruição da cultura indígena.

É irônico que este Projeto venha a ser implantado exatamente na época de um "retorno à democracia" no Brasil.

O ponto culminante deste processo é o Primeiro Plano para o Desenvolvimento da Amazônia, que inclui projetos de desenvolvimento hidroelétrico, a construção de grandes rodovias e mineração. O Projeto Calha Norte cria a base militar para a implantação do Plano.

Ainda segundo o Projeto Calha Norte, a área Yanomami é "região potencialmente rica em recursos extrativos minerais (...)" e "de vital interesse de preservação econômica". Há anos a mídia nacional e especificamente de Roraima apresenta ad nauseam a região Yanomami como sendo o "Novo Eldorado Mineral". Segundo um artigo publicado em 1987, Roraima contém uma província mineral enorme - o Grupo Roraima - com mais de 150 quilômetros de jazidas de ouro, bem como grandes depósitos de cassiterita e minérios radioativos (Folha de Boa Vista, 12.06.87). Dos 850 pedidos de pesquisa e alvarás na área já feitos ao DNPM, mais de um terço vem de empresas multinacionais ou de seus sócios brasileiros. Portanto, o controle nacional sobre estes recursos minerais é de extrema importância para o Brasil.

Enquanto a existência de uma província mineral em Roraima não é um fato novo (é conhecida desde os anos 70), o anúncio deste "Eldorado Mineral" através da imprensa e o seu vínculo direto com a segurança nacional não deixam nenhuma dúvida sobre o verdadeiro motivo por trás da necessidade de um aumento da presença oficial na área: assegurar o controle nacional sobre a província mineral. O PCN portanto deveria criar a infra-estrutura e a proteção necessárias para o futuro desenvolvimento mineral da região, enquanto estimula a ocupação "brasileira" na região. Entretanto, a implantação física, após um primeiro impulso em 1986/87, parece ter sido desacelerada na área Yanomami. Mas só aparentemente. Sua expressão maior em 1988 foi a formulação de duas Portarias

Interministeriais propondo uma política de demarcação e de administração específica para o caso Yanomami, em conformidade com os planos e princípios do Projeto Calha Norte. (Ver a questão das Portarias mais adiante.)

A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Desde a implantação do PCN, iniciada em princípios de 1986 com a expansão das pistas de pouso, os índios têm tido contato com grupos de trabalhadores da construção que têm entrado na região de uma maneira desordenada e sem as necessárias precauções de saúde e supervisão médica.

O impacto desse primeiro contato, em regiões remotas como as Serras de Parima e Couto de Magalhães (cêrca de 3.500 índios), é de muitas maneiras característico do que acontece a populações isoladas. Os trabalhadores estavam despreparados para o contato e sua interação com os índios provou ser incontrolável. Gravíssimo é o fato de o PCN ter facilitado a invasão através da construção de uma pista de pouso na Serra de Couto de Magalhães, que atualmente é a via principal para as invasões. O P.I. Paapiú, no coração dessa Serra, se transformou no interposto da movimentação e penetração garimpeira no território Yanomami. É desse ponto que está sendo feita boa parte da ocupação garimpeira das terras Yanomami, com a ajuda de helicópteros e aviões de pequeno porte.

No princípio, a implantação do Projeto Calha Norte deixou perplexos e bastante preocupados os Yanomami em Surucucus.

Membros do Alto Comando do Exército da Amazônia visitaram as lideranças Yanomami no início de 1987 (em Surucucus). Prometeram não fazer povoamento além dos soldados previstos, garantir a segurança de suas terras, asseguraram a não entrada dos garimpeiros e outros invasores, e o respeito a suas mulheres.

Os Yanomami, por sua vez, disseram que aceitavam os soldados com seu chefe se este garantisse não deixar entrar nem os garimpeiros nem outros "brancos" para morar em suas terras, e não mexer com suas mulheres. Os Yanomami foram taxativos ao afirmar: "Se os soldados mexerem com nossas mulheres ou chamarem outros 'brancos' para morar em nossas terras, nós vamos brigar", acrescentando: "Nós somos muitos, eles podem nos matar mas nós também matamos eles. Se eles têm metralhadoras, nós temos veneno e eles nem sabem como morrem."

Porém, a presença do destacamento militar no PI Surucucus (PNI) jamais deteve invasores em lugar algum, nem nas áreas próximas ao Posto. A polícia militar (PM), cúmplice das autoridades locais, presente nos garimpos, tem como única função a defesa das atividades garimpeiras e é sabido que em muitos casos está envolvida em atividades de garimpagem. Os servidores da FUNAI não têm autoridade nem sobre os garimpeiros nem sobre a polícia militar e não é incomum seu envolvimento também com a garimpagem. Assim, os Yanomami estão abandonados a seu próprio destino. Muitos estão doentes, morrendo, sem assistência, inferiorizados e desmoralizados frente a um verdadeiro exército de invasores. De fato, o processo de ocupação de suas terras está ocorrendo através de todo o seu território, atingindo toda a sua população. O novo Estado de Roraima está se transformando num "Estado de Garimpeiros", em que os Yanomami, para sobreviver, serão forçados a encontrar novas maneiras de resistir, se não houver uma forte vontade política de sanar a situação.

YANOMAMI SÃO MINORIA

A relação dos garimpeiros com os Yanomami e vice-versa é complexa. Para começar, temos que lembrar que a grande maioria dos Yanomami até recentemente só convivia com uns poucos funcionários da Funai e com missionários.

A construção da rodovia Perimetral Norte foi a primeira ocasião em que foram confrontados com um contingente de trabalhadores estranhos à etnia em área relativamente restrita.

O segundo confronto ocorreu na área de Surucucus ainda nos anos setenta, com a abertura do garimpo naquela região, e durante a construção do destacamento militar (PCN), em 1986/87.

Nas áreas periféricas há intercâmbio comercial com a população regional, um pouco por todo lado, colonização na região do Ajarani, e há 30 anos há exploração de ouro localizada na região do Ericó e em outras regiões desde o começo de 80.

Mas foi em 1987 que se iniciou a invasão maciça de boa parte do território Yanomami.

Como sempre, nos primeiros contatos a curiosidade e a avidez pelo novo dos Yanomami venceram o medo. Devido a isso, em certas regiões eles no princípio tendem a facilitar a entrada de estranhos. É o momento de "namoro", em que acreditam que pode haver uma relação que permite a troca de bens e favores.

Essa ilusão de possível relacionamento amistoso dura pouco.

Quando a mão-de-obra indígena não é requisitada (como é o caso atualmente), e o invasor só enxerga um empecilho na presença indígena, não há possibilidade de relação de igualdade. Com o avanço descontrolado sobre as terras Yanomami, a percepção de se encontrarem numa situação de minoria numérica e marginalização são inevitáveis. Ela é assustadora para um povo que sempre viveu pensando ser O POVO no mundo (etnocentrismo absoluto, característico de povos recém contatados).

Por outro lado, o garimpeiro sabe muito bem que está pisando terreno delicado. A princípio tem vantagem em não brigar, se nele não encontrar resistência.

CASOS CONHECIDOS DE RESISTÊNCIA E DE MORTES

Em maio de 1987, uma das mais expressivas lideranças Yanomami, Davi Kopenawa, coloca ao Presidente Sarney suas preocupações quanto às crescentes invasões da área Yanomami e solicita a tomada de medidas efetivas para evitar o desaparecimento de mais um povo indígena que tem o direito de viver. O Presidente responde em junho/87 que está ciente da problemática e que órgãos do governo estão trabalhando intensamente para, a partir do conhecimento real da situação, propor soluções orientadas para atuar de forma enérgica contra invasão das áreas Yanomami. No entanto, a Funai, assim como o poder militar, alegaram que era impossível empreender tal tarefa.

Em julho/87 a Polícia Federal proíbe os lançamentos de gêneros alimentícios para os garimpos na área Yanomami, mas o advogado da Associação dos Garimpeiros consegue liminar em Boa Vista (RR) contra esta proibição. Em agosto/87 se dá um choque entre índios e garimpeiros. De acordo com a versão mais plausível para o conflito, um grupo de índios Yanomami da região do Mucajaí que estava garimpando no Couto de Magalhães e havia se ausentado para visitar seus parentes, ao retornar encontra seu acampamento ocupado por garimpeiros. No dia 15.08.87, os Yanomami voltam ao acampamento procurando resolver a questão ("sem estarem pintados de preto para guerra", conforme conta Davi Yanomami) e são recebidos por tiros de rifles e revólveres. Três Yanomami caem mortos no próprio acampamento e o quarto a pouca distância. A polícia encontraria mais tarde o corpo de um garimpeiro morto. Um garimpeiro ferido é removido para Boa Vista.

Segundo um funcionário da Polícia Civil que esteve no local do

incidente e presenciou a autópsia dos corpos dos índios "...a cena era das mais comoventes e revoltantes, com os corpos dos coitados totalmente mutilados. Tiros, facadas, pauladas, um verdadeiro retrato da perversidade humana." (Folha de Boa Vista, 28.08.87)

A CCPY, em junho de 1988, divulga a morte por tiros de uma menina originária da Serra de Surucucus, da comunidade dos Tireitheri, surpreendidos por um bom número de garimpeiros, responsáveis pelo homicídio na roça. O pai, um Yanomami de uns cinquenta anos, foi baleado pelas costas enquanto carregava sua filha nos braços que, atingida por uma bala no tórax, morreu na hora.

Júlio Gois Yanomami, originário da região do Maturacá no Amazonas, na noite de 18 de maio também foi baleado em São Gabriel da Cachoeira. Outro caso grave ocorreu em 03.11.88 com um jovem Yanomami do Paapiú, também baleado por um garimpeiro quando o jovem estava subindo numa árvore. O garimpeiro, ao vê-lo, gritou "macaco, macaco", como se fosse um animal, e disparou sua espingarda contra o rapaz, que ficou gravemente ferido. Nenhum desses casos foi apurado pela Justiça.

Durante o ano e meio de acelerada invasão das terras Yanomami, além das mortes cometidas por violência, sem dúvida nenhuma a maioria das vítimas indígenas morreu em consequência de doenças e principalmente de complicações da malária. É difícil obter um número exato, mas este deve se aproximar de uma centena, conforme informação e relatos dos próprios Yanomami.

O MITO DO ESTADO YANOMAMI

O interesse especial dos militares na área Yanomami, expresso no texto do Projeto Calha Norte, é baseado em várias justificativas. A primeira destas é uma ameaça percebida à soberania nacional, representada por um suposto movimento para criar um "Estado Yanomami". Segundo o Projeto, "há bastante tempo observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir - às custas do atual território brasileiro e venezuelano - um Estado Yanomami (PCN, p.5). Segundo a revista Retrato do Brasil (15.01.87 e O Estado de S.Paulo, 22.11.88), este argumento - absolutamente absurdo do ponto de vista histórico e sociológico - foi copiado do ex-oficial da Aeronáutica e ex-deputado da Arena de Roraima, Hélio Campos, que

em 1979 declarou que os Yanomami praticavam uma espécie de "socialismo tribal" que era o primeiro passo para o desmembramento de suas reservas do território brasileiro. Por isso, segundo Campos, o governo não deveria demarcar as terras indígenas dentro de uma faixa de 150 quilômetros da fronteira e, além disso, deveria deslocar todos os índios vivendo nas fronteiras para o interior do país. O Conselho de Segurança Nacional, de fato, apoia a medida de não demarcar reservas indígenas em área contínua na área de fronteira e sempre temeu que o movimento em favor da criação do Parque Yanomami seria o primeiro passo para o "separatismo Yanomami".

A 13 de setembro de 1988, através da Portaria Interministerial nº 160, era criada a "Terra Indígena Yanomami", com uma área de mais de 8 milhões de hectares, cuja redação ambígua prenunciava a probabilidade de esbulho de mais de 70% da área indígena, já que destinava quase 6 milhões de hectares a duas florestas nacionais e um parque nacional. Estabelecia a Portaria 160, porém, que o espaço coberto pelas florestas e o Parque continuariam como área de posse permanente dos Yanomami.

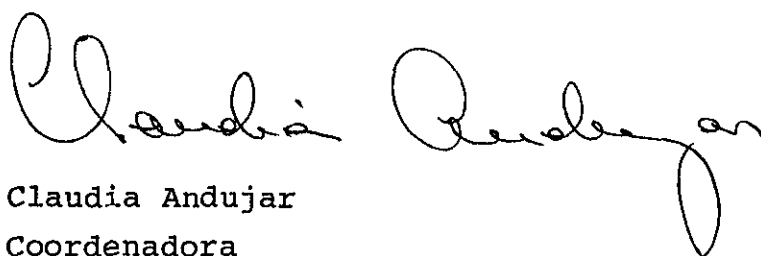
Anunciada com grande estardalhaço pelo governo brasileiro, que afirmava estar cumprindo, através dessa Portaria, a Constituição e a lei ao garantir o direito dos índios ao território ancestral, provou logo tratar-se de uma farsa.

Apenas dois meses depois, no dia 18 de novembro de 1988, o governo Sarney anulava a Portaria 160 através da Portaria Interministerial 250, que dava destinação diversa às duas florestas nacionais e ao Parque, os quais deixavam de ser terra de posse permanente dos índios Yanomami. Pela nova Portaria fica maliciosamente estatuído que os índios têm o direito de uso preferencial, portanto não exclusivo, das terras que rodeiam o "arquipélago" de 19 áreas indígenas, deixando para um órgão do Ministério da Agricultura (o IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e à Funai regular o uso e a exploração das florestas nacionais.

A nova Portaria desvenda assim uma trama que, além de implicar na destruição de todo um povo e na devastação de forma irremediável de uma grande área ambiental da Amazônia brasileira, tem como verdadeiro e principal objetivo institucionalizar a permanência dos 40 mil garimpeiros dentro da terra Yanomami, estes sim os que já detêm por antecipação o uso preferencial das Florestas Nacionais.

A CCPY e entidades que defendem os direitos dos índios no Brasil, inconformadas com o tratamento intolerável e ilegal dado ao povo Yanomami, estão providenciando medidas judiciais para revogar a Portaria 250. (CCPY, 26.11.88)

Para os Yanomami, este é um momento histórico. O futuro não mais será igual ao passado. É sua sobrevivência como povo que está em jogo. Muito dependerá de sua habilidade em se organizar. A nós cabe acompanhá-los.



Claudia Andujar
Coordenadora

São Paulo, 5 de dezembro de 1988

Bibliografia

Jacques Lizot, Population, Ressources et Guerres chez les Yanomami, 1977

ARC/IWGIA, Alcida Ramos, Bruce Albert, Carlo Zacquini, Claudia Andujar, Ken Taylor, The Yanomami in Brazil, 1979.

Alcida Ramos, Claudia Andujar, Carlo Zacquini, Terra Indígena Yanomami, Funai, 1984.

Severo Gomes, Projeto de Lei nº 379, 1985.

Conselho de Segurança Nacional, Projeto Calha Norte, 1985.

Folha de S.Paulo, Projeto "Calha Norte", 03.12.86.

Retrato do Brasil, Os generais de Sarney e seus projetos mirabolantes, 03.12.86.

Portaria Interministerial nº 160, 13.09.88.

Portaria Interministerial nº 250, 18.11.88.

O Estado de S.Paulo, Índios terão áreas demarcadas, 23.11.88.

Abel de Barros Lima, YANOMAMIURGENTE nº 5, CCPY, 26.11.88.